

O DIALOGISMO NA OBRA *INFÂNCIA ROUBADA*, CRIANÇAS ATINGIDAS PELA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Jaqueline Aparecida Nogueira
Mestre em Letras (UFSJ)
jaqueline.ufla@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o dialogismo na obra *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014). A base teórico-metodológica dessa pesquisa se fundamentou nos estudos bakhtinianos sobre o dialogismo, nos estudos enunciativos de Authier-Revuz e na Teoria Semiolinguística de Charaudeau. Primeiramente, identificamos as representações do discurso outro e, em seguida, relacionamos tais presenças ao meio sócio-histórico, com base na noção de imaginário sociodiscursivo. Concluímos que as representações do discurso outro foram acionadas na obra como forma de sugerir e desvalorizar posicionamentos associados ao regime militar e de esclarecer e valorizar os posicionamentos dos militantes.

Palavras-chave: dialogismo, Ditadura Militar, heterogeneidade enunciativa, imaginários sociodiscursivos.

ABSTRACT

This article aims to analyze the dialogism in the book *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014). The theoretical-methodological basis of this research considers based on the Bakhtinian studies on dialogism, the enunciative studies of Authier-Revuz and the semiolinguistic theory of Charaudeau. Firstly, we identified the representations of the discourse of the others and then, we related them to the socio-historical background, based on the notion of socio-discursive imaginary. We conclude that the representations of the discourse of the others were triggered in the work as a way of suggesting and devaluing the positioning associated with the military regime and of clarifying and valuing the positions of the militants.

Keywords: dialogism, military dictatorship, enunciative heterogeneity, socio-discursive imaginaries

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 foi marcado pela lembrança dos cinquenta anos do golpe militar e várias manifestações sobre a Ditadura Militar no Brasil, tais como as publicações da Comissão Nacional da Verdade (doravante CNV), revelaram um vasto arquivo testemunhal de cidadãos envolvidos com o regime. Organizada e publicada pela Comissão da Verdade “Rubens Paiva” (doravante CVRP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (doravante ALESP) no ano de 2014, a obra *Infância Roubada, Crianças Atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* reuniu quarenta e quatro testemunhos de sujeitos que, no período pueril, tiveram os pais perseguidos, assassinados ou sequestrados pela Ditadura Militar no país, além de vinte testemunhos de militantes e materiais documentais diversos.

Nos depoimentos, os sujeitos narram a atuação militante dos pais, os episódios de perda e/ou separação vivenciados pela família, as ocorrências de prisão, as torturas e as violências sofridas por eles mesmos ou por familiares, a vida no exílio e a imposição da clandestinidade.

Tomando a aparição dessa obra de cunho testemunhal como forma de reescrever parte da história vivenciada no país, objetivamos estudar o dialogismo, identificando os casos de heterogeneidade mostrada. Aventamos a hipótese de que a materialização das memórias na obra exhibe marcas de diferentes posicionamentos, alguns silenciados no passado por razões políticas ou sociais.

Na análise, apontamos os atravessamentos do outro nos títulos dos testemunhos e relacionamos os discursos acionados através desses atravessamentos a redes sócio-históricas, por meio da observação dos imaginários sociodiscursivos nos quais esses discursos se fundamentam. Como critérios de análise, selecionamos as formas mostradas da heterogeneidade enunciativa marcada proposta por Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2008) e a noção de imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2013).

A OBRA E SEU CONTEXTO

No ano de 1964, a partir de um golpe de Estado investido contra o governo do presidente João Goulart, um regime autoritário de cunho militar foi instaurado no Brasil. Em decorrência desse quadro político, no período compreendido entre 1964 e 1985, diversos e graves crimes contra os direitos humanos foram concretizados contra milhares de cidadãos brasileiros.

Segundo Pereira (2010), comumente em todo o mundo, após o fim de um regime ditatorial, uma comissão oficial é criada pelo governo com a finalidade de investigar crimes cometidos contra os direitos humanos através das chamadas comissões da verdade. No Brasil, a criação de uma comissão da verdade foi criada com vinte anos de atraso, diferente do que ocorreu na Argentina e no Chile, países onde comissões foram instituídas no primeiro governo subsequente ao regime ditatorial que os dominou. Pereira (2010, p. 242)

afirma que no Brasil “O governo parecia ter medo de dar publicidade a essa modesta e atrasada resposta à violação dos direitos humanos cometida no passado”.

A partir da Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011 da Presidência da República, a CNV foi criada no Brasil. Para colaborar com os seus trabalhos, outras comissões da verdade, regionais e setoriais, foram instituídas através da legislação. É o caso da CVRP, criada a partir da Resolução ALESP nº 879 de 10 de fevereiro de 2012. Nos moldes da CNV, a CVRP realizou suas investigações por meio da acolhida ou requisição de testemunhos, documentos e dados de depoentes ou de órgãos e entidades do setor público, da promoção de audiências públicas, da realização de entrevistas, de diligências e perícias, e da promoção de parcerias com órgãos e entidades públicos ou privados.

Dentre as ações concretizadas pela CVRP, ressaltamos o ciclo de audiências realizado no ano de 2013, cujo título reitera o tema por ele abordado: *Seminário Verdade e Infância Roubada*. Dessa ação resultou a organização do livro, material de análise da presente pesquisa.

O DIALOGISMO

Em meio a todas as contribuições do pensamento bakhtiniano, focalizamos nessa sessão as suas considerações em torno do mote dialógico. Para Brait (1994, p. 11), "a natureza dialógica da linguagem é um conceito que desempenha papel fundamental no conjunto das obras de Mikhail Bakhtin".

Com relação aos contornos da visão dialógica, ponderamos que embora o filósofo tenha tratado o diálogo de maneiras diferentes em sua obra, nestes escritos consideramos o diálogo como o princípio constitutivo de toda a comunicação verbal e não estritamente nos termos da interação face a face. Bakhtin (2015) declara as relações dialógicas como fenômenos extralinguísticos e inseparáveis do campo do discurso. As relações dialógicas são possíveis se, estritamente, estiverem representando posições de diferentes sujeitos.

Na leitura de Sobral, o sujeito para Bakhtin é concebido em um “eu-para-si, condição de formação da identidade subjetiva e em um eu-para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido” (SOBRAL, 2012, p. 22). Tal concepção implica no não acabamento do Ser, pois ao mesmo tempo em que o sujeito se define a partir do outro, é ele próprio quem define o outro. Essa noção de sujeito proposta por Bakhtin recusa tanto um sujeito infenso ao social quanto submetido ao ambiente sócio-histórico.

De modo similar, Brait ancora o dialogismo em uma dimensão dupla e indissolúvel. A autora relaciona o dialogismo “ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade”, instaurando assim, “a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem” (BRAIT, 2005, p. 94). De outro modo, concatena-o “às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez instauram e são instaurados por esses discursos” (BRAIT, 2005, p. 95).

Não obstante à ideia de que o dialogismo enquanto traço constitutivo da linguagem é incontestável para Bakhtin, Barros evidencia o ocultamento do dialogismo discursivo por meio da explicitação da relação entre dialogismo e polifonia. O dialogismo é reservado para designar o princípio constitutivo da linguagem e do discurso e a polifonia é empregada para caracterizar o texto em que o dialogismo se deixa ver, "[...] aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que o constituem" (BARROS, 2005, p. 34).

A autora sintetiza sua argumentação defendendo que "o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, conforme variem as estratégias discursivas empregadas" (BARROS, 2005, p. 34). Logo, tanto a polifonia quanto a monofonia podem ser consideradas como efeitos de sentido construídos a partir de estratégias discursivas diversas.

Dentre suas pesquisas, Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2008) se ocupou do estudo da heterogeneidade enunciativa, considerando que todo discurso é atravessado pela presença do outro/Outro. Sua abordagem se refere a uma condição necessária da linguagem e também à maneira como o sujeito negocia sua posição no discurso frente a essa condição. Assim, a autora distingue as formas da heterogeneidade enunciativa em dois eixos inter-relacionados: (i) Heterogeneidade constitutiva; (ii) Heterogeneidade mostrada.

No que tange à heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (1990) discorre sobre um tipo de presença do outro que não depende de uma abordagem linguística, tratando-

se de uma condição incontornável do discurso. Para Brandão (2012), a noção de heterogeneidade constitutiva é responsável pela ancoragem das outras formas de heterogeneidade, as quais são marcadas linguisticamente. De outro modo, Authier-Revuz (2004) afirma que as formas da heterogeneidade mostrada são perceptíveis no fio do discurso através de formas linguísticas, por meio das quais um locutor único inscreve materialmente o outro na linearidade do seu discurso. Assim, essa noção pode ser concebida como um meio de negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do discurso.

A heterogeneidade mostrada se desdobra em formas sintáticas não marcadas e marcadas. Authier-Revuz (2004) defende que as formas de heterogeneidade mostrada não marcadas representam a presença do outro de maneira não explícita, sendo sugerida através da alusão, da ironia, do discurso indireto livre, da antífrase, da imitação, do estereótipo e da reminiscência. Assim, essa forma de heterogeneidade é recuperável a partir de índices no discurso em função de seu exterior.

Sobre as formas sintáticas marcadas de realização da heterogeneidade mostrada no discurso, Authier-Revuz (2004) aponta o discurso relatado direto e indireto (doravante DD e DI) e as formas da conotação autonímica ou modalização autonímica (doravante MA). Por meio de tais modalidades, o locutor oferece um lugar explícito ao outro em seu discurso. No primeiro caso, relativo ao DD, o locutor insere a presença do outro no fio do discurso, comportando-se como um porta-voz de suas palavras, através do uso de citações. Já no segundo caso, concernente ao DI, o locutor pode colocar-se enquanto

tradutor das palavras de um outro indivíduo fonte de sentido, através do uso de suas próprias palavras.

Para Authier-Revuz (1990), as formas marcadas da MA representam um formato mais complexo da heterogeneidade mostrada, pois o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu próprio discurso sem romper a autonomia, e mostra essas palavras concomitantemente. A autora afirma que através do recurso das formas marcadas da MA, a figura do locutor desdobra-se momentaneamente em outra figura, e o fragmento “marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13, itálico da autora).

Segundo Authier-Revuz (2008), a noção de modalização autonímica de empréstimo (MAE) se relaciona com a noção geral de MA. Na MAE o locutor fala de um objeto de acordo com um outro discurso, o qual é identificado em seu dizer por meio da mostração. Essa operação pode ser explicitada de diversas formas, das mais às menos explícitas, a exemplo da explicitação da operação de empréstimo, da assinalação da emergência de discurso outro, da marcação (aspas, itálico) de uma MA, que deve ser interpretada como MA e como empréstimo, de forma puramente interpretativa (alusão interdiscursiva).

Observamos dentre os títulos analisados o uso expressivo das aspas, caracterizando a menção de um outro. Para a Authier-Revuz (2004), as aspas representam o encontro de dois discursos, na medida em que o locutor insere o outro em seus dizeres, incentiva um choque discursivo, “As aspas se fazem “na borda” de um discurso, ou seja, marcam o

encontro com um discurso outro” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229, itálico e aspas da autora).

Em se tratando de um caso de MA, a suspensão de responsabilidade assumida pelo locutor por meio do emprego das aspas cria um espaço vazio a ser preenchido. Esse espaço, por sua vez, realiza um apelo a uma glosa, a qual, na maioria das vezes, permanece no território do implícito. Logo, o uso das aspas pode suscitar uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor, o qual duplica sua fala por meio de um comentário crítico no seio de seu próprio enunciado. O locutor pode atuar como julgador e dono das palavras que profere, sob a opção de vigiar ou de se afastar de seus próprios dizeres.

No que se refere ao campo de estudos da RDO, Authier-Revuz (2008) expõe a sua preferência por esse termo ao invés de *discurso citado*, pois o segundo termo não é promissor para referir discursos vindouros, hipotéticos, negados, entre outros, os quais não possuem um referente anterior ao ato de enunciação. Ademais, as associações realizadas em torno do termo podem ser problemáticas no caso da modalização do dizer por um discurso outro, pois diferem entre si. Para além, a autora expõe a possibilidade de delimitar um posicionamento do domínio da RDO no campo da metadiscursividade com especificação da alteridade. Discriminamos na sequência os casos de predicação e modalização relativos ao discurso outro (doravante DO), correspondentes aos modos de inclusão do outro no dizer.

No tocante à *Imagem do DO produzida por paráfrase (a)*, em que a imagem do outro passa por uma reformulação discursiva, equivalente a ela ou não, em entrecruzamento com a *Predicação concernente ao DO (A)*, quando o dizer efetua uma predicação sobre o dizer outro, realiza-se a *Zona do discurso indireto (Aa)*. Nessa zona, o discurso outro é objeto do dizer e a sua imagem é concretizada por uma paráfrase discursiva, sendo homogênea ao discurso em que é produzida.

Sobre a *Zona da modalização do dizer como discurso segundo (Ba)*, ela realiza-se por meio do entrecruzamento da *Imagem do DO produzida por paráfrase (a)* com a *modalização do dizer pelo DO (B)*, caso em que pelo dizer outro passa uma modalização do dizer. Em tal zona, "[...] se fala de um objeto qualquer *segundo* um outro discurso (B) cuja imagem passa pela paráfrase discursiva (a) [...]" (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 112, itálico da autora).

A *Zona do discurso direto (Ab)* realiza-se através do entrecruzamento da *Imagem do DO construída com mostração de palavras (b)*, em que o dizer constrói uma imagem através de uma mostração que remete a outro discurso, com a *Predicação concernente ao DO (A)*. Nesse caso, o discurso outro é objeto do dizer e a sua imagem é mostrada explicitamente, sendo, desse modo, heterogênea ao discurso.

Por último, a *Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo (Bb)*, realizada por meio do cruzamento entre a *Imagem do DO construída com mostração de palavras (b)* e a *Modalização do dizer pelo DO (B)*, realiza-se quando "[...] se fala de um objeto *segundo* um outro discurso (B) cuja

imagem passa pela mostraçãõ de palavras (b) (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 112, itálico da autora).

Além das quatro zonas da RDO discriminadas acima, Authier-Revuz (2008) considera a zona original da bivocalidade, a qual inclui o discurso indireto livre (DIL) ou confunde-se a ele. De acordo com a autora, essa zona caracteriza-se por uma heterogeneidade enunciativa particular, a "relaçãõ do dizer com o discurso outro representado é, então um *fala com*" (p. 113, itálico da autora).

IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

A noçãõ de imaginário sociodiscursivo pode contribuir na reflexãõ sobre os discursos acionados na obra para narrar o período ditatorial do ponto de vista dos testemunhantes, pois pode indicar as percepções acerca do mundo social construídas por um grupo, ou seja, suas normas de referênciã sobre o real. Essa percepçãõ pode ser delineada a partir da forma com que tal grupo constrói saberes a respeito de uma temática determinada. Segundo Charaudeau (2013), os grupos militantes se envolvem em uma açãõ sob o propósito de promover a transformaçãõ de uma situaçãõ na sociedade, a qual visa um bem maior. Discursivamente, tais grupos fundam as suas opiniões no imaginário político e no imaginário de protesto, relacionados à organizaçãõ da vida em sociedade.

Charaudeau (2013) defende que "um grupo é constituído pela soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si, relações que, ao se autorregularem, terminam por construir o universo de valor, portanto, imaginários comuns" (CHARAUDEAU, 2013, p.

204). Partindo da premissa de que o imaginário provém de uma dupla articulação, entre o homem e o mundo e entre o homem e o homem, o linguista defende que nem todos os imaginários são conscientes, pois enquanto alguns são racionalizados por meio de textos e discursos que circulam nas instituições, outros circulam nas sociedades de maneira inconsciente, sendo assimilados naturalmente pelos membros dos grupos sociais, como uma evidência partilhada.

Embora os grupos sociais reelaborem os imaginários constantemente, tendem a essencializá-los, pois o imaginário só tem valor mediante a sua pretensão de universalidade, "[...] os genocídios e outras purificações étnicas não poderiam ser realizados sem o suporte de imaginários com pretensão universal" (CHARAUDEAU, 2013, p. 206).

Em síntese, os imaginários sociodiscursivos são compostos por representações sociais que constroem o real como universo de significação. Essas representações são identificadas por meio de enunciados que circulam no interior de um grupo, instituindo-se como normas de referência. Para o autor, os imaginários sociodiscursivos circulam no espaço da interdiscursividade, podem construir arquétipos coletivos inconscientes e dão testemunho "das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais" (CHARAUDEAU, 2013, p. 207).

ANÁLISES

Observamos que dentre quarenta e quatro dos títulos dos testemunhos do livro, onze se caracterizam pela dialogicidade marcada explicitamente no fio do discurso. Reproduzimos tais títulos abaixo:

Quadro 1 - Títulos dos testemunhos

T1. A felicidade interrompida da "menina ruim"
T2. "Por que você é tão tristonha?"
T5. "Faria tudo igual a ele"
T9. "Los niños nacen para ser felices"
T10. "Sou Ernesto Guevara, sou filho de guerrilheiro"
T13. "O sequestro da minha memória"
T15. "Filho dessa raça não deve nascer"
T16. "Seu pai não era um ladrão, era um herói"
T17. "Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar"
T18. "Quem é essa pessoa que tem a voz da minha mãe?"
T19. "Dói gostar dos outros"

Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar que a maior parte dos títulos da obra foram demarcados inteiramente pelas aspas. Assim, o corte realizado, o qual demarcou o lugar do um e o lugar do outro, torna-se perceptível, considerando o título em relação ao testemunho ou a obra em sua completude. Em onze dos títulos analisados, o recurso às aspas foi

empregado para potencializar a voz dos próprios testemunhantes, caracterizando a autonomia simples. Nesses casos, não houve um afastamento dos locutores perante os dizeres marcados.

O ATRAVESSAMENTO POR MAE

Com base no estudo enunciativo de Authier-Revuz (2008), apuramos que o atravessamento concretizado em (T1) integra o campo da MAE, pois o locutor falou de um objeto (menina) de acordo com outro discurso e a imagem dessa alteridade foi marcada no dizer por meio das aspas, caracterizando o empréstimo. Esse atravessamento enunciativo possibilitou a realização de um julgamento sutil por parte do locutor sobre um posicionamento associado à ditadura. A crítica realizada tomou como base o Imaginário Societário e o seu elemento desencadeador foi o resgate do outro discurso, cuja presença provocou um choque entre pontos de vista, como observamos na análise de T1:

T1. *A felicidade interrompida da "menina ruim"*

Trecho correspondente no testemunho:

Peguei a faca e falei para o agente que eu ia matar todo mundo. *Ele olhou pra mim e disse "menina ruim"*. Fiquei muito brava aquele dia. Nesse dia, meu pai escreveu uma carta para mim porque era meu aniversário (SÃO PAULO, 2014, p. 38, itálico nosso).

No livro, T1 foi utilizado para nomear o testemunho de Rita de Cássia Resende, no qual ela contou que durante a sua infância, em uma visita ao pai na prisão, teve acesso a uma faca e ameaçou o agente penitenciário, afirmando que "ia matar todo mundo" (SÃO PAULO, 2014, p. 38). Considerando a testemunhante como enunciativa, o uso das aspas

indicou que os dizeres marcados não pertencem à sua autoria e sim ao agente penitenciário, personagem de suas memórias.

Constatamos que a locutora falou segundo um discurso outro, pois a marcação indicou um ponto de vista pertencente a outra pessoa, inscrita em outro ato enunciativo. Esse dito marcado foi realizado "originalmente" no contexto da Ditadura, e foi responsável pelo julgamento depreciador de uma determinada atitude tomada pela menina.

A marcação realizada no título suscitou uma glosa implícita que poderia realizar-se da seguinte maneira: *interprete "menina ruim" como dito pelo outro, em outro ato de enunciação*. Essa glosa implícita pode suscitar a seguinte polêmica: *o agente penitenciário julgou friamente uma criança que sofria pela ausência do pai no contexto da ditadura*. O choque instaurado entre o ponto de vista recuperado por meio da imagem do dizer outro e do ponto de vista defendido pela locutora (perceptível através da temática do testemunho) movimentou discursos do cenário sócio-histórico relativos a valores morais, os quais podem sustentar a polêmica proposta pela glosa implícita.

A partir de Charaudeau (2013), consideramos que a polêmica suscitada pela glosa supramencionada fundamentou-se no Imaginário Societário. De acordo com o autor, esse imaginário pode se manifestar de diferentes formas, podendo ser relacionado a normas de comportamento de indivíduos que vivem em uma mesma sociedade ou aos modos de organização dos diversos setores da sociedade.

O ATRAVESSAMENTO POR MIXAGEM ENUNCIATIVA

A análise de T17 apontou para um tipo de atravessamento construído por mixagem enunciativa. Constatamos uma situação de diálogo entre o enunciador e um interlocutor inscrito no contexto da ditadura. Essa estratégia permitiu a atribuição de maior dramatização à cena descrita, além de sugerir a diferença da infância dos filhos de militantes, que nesse caso específico, foi interrompida pela responsabilidade de cuidar da mãe, caracterizando o Imaginário da Soberania Popular, no que diz respeito ao direito à igualdade.

T17 - “Cuide da mãe que um dia eu volto para te buscar”

Trecho correspondente no testemunho:

Eu acompanhei o Lúcio até a estação rodoviária. Me despedi dele e nunca mais o vi. *Ele falou que voltaria para me buscar um dia. “Fica aí cuidando da mãe, mas um dia eu volto para te buscar”* (SÃO PAULO, 2014, p. 250, itálico nosso).

A representação do discurso outro em T17 fez referência à despedida de seu irmão Lúcio, que partiu para a luta armada. No ato enunciativo recuperado, o irmão pediu a Clóvis que cuidasse de sua mãe. Esta incumbência demarcou para Clóvis tanto a perda do irmão quanto a necessidade do amadurecimento precoce.

O enunciador também recuperou um outro enunciador de origem, inscrito em outro ato de enunciação. Todo o título do testemunho foi reproduzido entre aspas, indicando sua autoria outra. Já no trecho do testemunho correspondente ao título o locutor reproduziu uma paráfrase descritiva dos dizeres do irmão (DI) e, na frase seguinte, realizou uma menção explícita de seus dizeres (DD). Observamos que as palavras do outro

foram descritas, e após uma ruptura foram marcadas explicitamente no discurso. O locutor não expôs simplesmente o discurso outro, mas falou com o outro, caracterizando um tipo de hibridez enunciativa.

A voz do outro, explicitamente marcada, foi acionada em solidariedade aos seus dizeres do locutor, comprovando que ele precisou assumir as responsabilidades do mundo adulto mais cedo. Inicialmente instaurada pelo DI, o locutor recuperou o próprio ato enunciativo em questão.

O discurso da família tradicional atribui aos pais a tarefa de cuidar dos filhos na infância. Nesse sentido, o ponto de vista outro, acionado através do DD, representa uma reorganização da estrutura familiar tradicional, caracterizando a diferença da infância dos filhos de militantes. Assim, podemos associar essa diferenciação ao Imaginário da Soberania Popular no que tange ao direito à igualdade.

O ATRAVESSAMENTO POR DD

Os atravessamentos enunciativos construídos por meio do DD, nos títulos mencionados na sequência, possibilitaram a ratificação dos posicionamentos defendidos pelos locutores através da menção a um discurso outro, baseado no Imaginário da Soberania Popular, tratando-se do direito à ingerência em T16 e à igualdade em T2, T9 e T13 à identidade em T10 e T18 e à solidariedade e fraternidade humana em T19. Já em T5, o atravessamento se baseou no Imaginário da Tradição no que pulsa à exaltação de um tempo passado e à fidelidade à herança ideológica do grupo militante.

Outrossim, o atravessamento em T15 possibilitou a desqualificação de posicionamentos associados à ditadura, com base no Imaginário da Soberania Popular, no que tange ao direito à igualdade e a um tipo de desvio de soberanismo, referido como desvio de exclusão. Exemplificamos os atravessamentos construídos pelo DD com a análise de T15:

T15 - “Filho dessa raça não deve nascer”

Trecho correspondente no testemunho:

[...] minha mãe, Hecilda Veiga, a pessoa mais íntegra que conheço nesta vida e que, com o destemor de ter me feito nascer, em meio ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC), em fevereiro de 1972, revelou inexorável bravura a ponto de um agente da repressão política, dentro da Polícia Federal, cuspir a frase: *“Filho dessa raça não deve nascer”* (SÃO PAULO, 2014, p. 217, itálico nosso).

No trecho suprarreproduzido, o testemunhante indicou um agente da repressão como o autor origem dos dizeres utilizados como título. Nesse testemunho, Paulo Fonteles Silva contou as torturas sofridas pela mãe, antes e durante o parto. O dizer outro foi objeto do dizer e a sua imagem foi mostrada no fio discursivo. O ponto de vista outro foi acionado para assinalar uma contrariedade com o defendido pelo enunciador.

Ao recuperar o que foi dito para a sua mãe no período militar, o locutor movimentou discursos sobre o genocídio e o preconceito étnico-racial. Para Charaudeau (2013), os discursos sobre o igualitarismo, do ponto de vista da identidade cidadã, pregam a abolição das diferenças de tratamento por motivos de raça, etnia, sexo, idade, entre outros. Estes discursos estão inscritos no Imaginário da Soberania Popular. No DD em

questão, o locutor movimentou os discursos do direito à igualdade como forma de demonstrar a intolerância dos julgamentos efetuados pela ditadura.

A demonstração desse ponto de vista outro, atribuído à ditadura por associação, suscitou ainda um tipo de desvio do soberanismo chamado *desvio de exclusão*. Segundo Charaudeau (2013), em nome de uma purificação partidária, o ponto de vista relativo ao desvio da exclusão propõe a eliminação de um grupo determinado. Assim, o resgate do ponto de vista outro funcionou como um aviso ao leitor de que as ações de governos ditatoriais são discriminatórias e radicais.

CONCLUSÕES

As análises concretizadas possibilitaram o vislumbre de diversos efeitos de sentido construídos por meio dos atravessamentos enunciativos na obra: a representação de vozes atribuídas à ditadura por associação e a representação de vozes atribuídas diretamente aos militantes. No primeiro caso, serviu ao propósito de sugerir e denegrir as práticas e os posicionamentos do regime e, no segundo, serviu ao propósito de valorizar as trajetórias de vida e esclarecer os posicionamentos militantes.

Ao relacionar os atravessamentos enunciativos à noção de imaginário sociodiscursivo, vislumbramos a movimentação de discursos atrelados ao Imaginário da Soberania Popular, em especial no que se refere ao direito à identidade dos militantes e ao direito à igualdade, pois os militantes sofreram abusos por parte do regime, nos quais muitos de seus direitos cidadãos foram negados.

Salientamos que a inserção das vozes na obra trouxe ao contexto pós-ditadura discursos que poderiam ter circulado no contexto da ditadura e que, por motivos diversos, foram silenciados ou refutados. Ao trazer esses discursos ao cenário atual, um grupo social determinado buscou legitimidade para os seus posicionamentos passados e atuais, atuando na tentativa de reescrever a história do país e, ao mesmo tempo, nos embates políticos e ideológicos, constantemente em efervescência.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 19, 1990, pp. 25-42.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo”. In: *Calidoscópico*. São Leopoldo, v. 6, n. 2, 2008, pp. 107-119.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. “Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 25-36.

BRAIT, Beth. “As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso”. In: BARROS, D. L. P. e FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994, pp. 11-27.

BRAIT, Beth. "Bakhtin e a Natureza Constitutivamente Dialógica da Linguagem". In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 87-98.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Anthony Washington. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

SOBRAL, Adail. "Ato/atividade e evento". In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos chave*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 11-36.

Recebido em 24 de janeiro de 2017.

Aceite em 27 de julho 2017.

Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Jaqueline Aparecida. O dialogismo na obra "Infância Roubada", crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro, *Palimpsesto*, n. 24, p.141-161, jan.-jun. 2017. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num24/estudos/palimpsesto24estudos08.pdf> >. Acesso em: *dd mmm. aaaa*. ISSN: 1809-3507